



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Discurso de Alvaro Cunhal no comício realizado em Vila Franca de Xira em 18 de Maio

Camaradas:

Vila Franca presta hoje justa homenagem a dois militantes do Partido Comunista Português mortos no tempo do fascismo. Um, Carlos Pato, na prisão, vítima de torturas e maus tratos. Outro, António Tavares, saído da prisão para ali não morrer.

Militantes jovens e talentosos deixaram os seus nomes ligados à actividade clandestina, a grandes lutas da classe operária, a greves e manifestações cruelmente reprimidas, a actividades culturais e desportivas. Comunistas filhos do povo, actuando nas condições mais difíceis, vivendo, lutando e morrendo pelo povo trabalhador.

Antes de aqui chegar, estive hoje também em outras duas localidades.

Uma no Alentejo, Baleizão, onde, nestes dias em que se inicia a reforma agrária, se prestou homenagem a uma heroína comunista, a trabalhadora agrícola Catarina Eufémia, que deu a vida na luta pelos direitos e o futuro dos trabalhadores.

Na outra localidade, Pero Pinheiro, comemorou-se uma greve que teve lugar há dez anos e também aí se prestou homenagem a um camarada vítima dos maus tratos da PIDE. Por toda a parte, a luta da classe operária e do povo português ficou marcada por acontecimentos gloriosos. Por toda a parte também ficou marcada pela acção destacada, a abnegação, os sacrifícios de militantes comunistas.

O Partido Comunista Português forjou-se como um forte partido revolucionário nessa dura escola do tempo do fascismo. Lembrar este facto tem plena actualidade.

Mau seria pensar que as características revolucionárias do Partido poderiam ser dispensadas nas novas condições do Portugal de hoje, agora que o Partido é legal. A verdade é que não podem. E não podem porque em Portugal está em curso uma revolução e uma revolução, para ser conduzida com êxito até à vitória final, precisa de forças revolucionárias, de partidos revolucionários, de quadros revolucionários.

Deram-se grandes passos desde o 25 de Abril. Derrotaram-se tentativas contra-revolucionárias. Consolidou-se a democracia. Concluiu-se a paz. Adiantou-se a descolonização. Tomaram-se medidas de grande alcance social. Decidiram-se amplas nacionalizações, começou-se a reforma agrária, e aponta-se já o rumo ao socialismo.

Entretanto, o processo da nossa revolução é extremamente complexo e torna-se indispensável definir posições em relação a aspectos em que se manifestam indecisões e confusões.

REVOLUÇÃO, ELEIÇÕES E ELEITORALISMO

Na revolução portuguesa existem factores contraditórios que é necessário ter em conta.

O processo revolucionário desenvolve-se na base da força revolucionária: na base da força militar do MFA e da força organizada das massas populares.

A aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas é uma aliança que se traduz não apenas numa identidade de propósitos, mas em força e capacidade para defrontar e derrotar a contra-revolução, para tomar medidas revolucionárias, para fazer avançar o processo.

O que decide da sorte da revolução é a firmeza da vanguarda, a acção das massas e a força material, incluindo a militar.

Tudo quanto há de essencial nas realizações democráticas desde o 25 de Abril (a defesa das liberdades, a melhoria da situação das camadas mais mal remuneradas, a descolonização, as nacionalizações, os primeiros passos da reforma agrária) se deve às forças da revolução e não a certas forças que contrariam as grandes decisões progressistas e que chamam depois a si o mérito das decisões, quando elas se tornam realidades apoiadas pelo povo.

Estamos longe de ter em Portugal um regime democrático estável. A vida portuguesa não está totalmente democra-

tizada. A reacção tem ainda muita força. A conspiração continua. Persistem ameaças às liberdades. Quem queira examinar a realidade portuguesa à luz dos critérios das democracias burguesas, será completamente incapaz de compreender o que se passa e o que se virá a passar em Portugal.

Num regime democrático já instituído, onde não haja perigos de golpes reaccionários, as eleições podem constituir um eixo fundamental da vida política e uma fonte determinante de decisões. Esse não é, nem se vê a curto prazo que possa vir a ser o caso português.

No novo Portugal de hoje, as eleições inserem-se no processo revolucionário, não como um eixo fundamental, mas sim como um factor complementar, que pode contribuir para a intervenção das mais amplas massas na vida política, mas não pode determinar só por si o curso e as formas das transformações democráticas.

Não foi nem poderia ter sido o voto que derrotou a operação contra-revolucionária do 28 de Setembro ou a tentativa de golpe do 11 de Março. Quem derrotou essa operação e esse golpe foi a acção decidida das massas populares em aliança com o braço armado da revolução — o MFA.

Não foi nem poderia ter sido o voto que decidiu num prazo curto medidas como a nacionalização da banca e dos sectores básicos da economia, ou as expropriações de terras para além de 500 ha. de sequeiro ou 50 ha. de regadio por exploração. O que conduziu a tal resultado foi a luta revolucionária das massas trabalhadoras coroada pelas decisões históricas do Conselho da Revolução.

Se falamos das últimas eleições, nada dizemos de novo ao lembrarmos que, numa grande parte do território, não existem ainda condições de real liberdade, e portanto a votação não se pode interpretar como uma manifestação livre da vontade popular à escala de todo o país.

Onde não foi assegurada a liberdade de pensar, de afirmar uma opinião, de fazer propaganda; onde não chegou a informação, onde chefes locais reaccionários conseguem ainda ter as populações enganadas e temerosas debaixo do seu mando; onde grupos fascistas ou pagos por fascistas organizaram sistematicamente o boicote das iniciativas democráticas e a violência contra os comunistas; onde estruturas religiosas abusaram das suas funções para incitar e apelar a votar em partidos reaccionários; onde se semeou um clima de pânico para o caso de uma vitória da esquerda; as eleições não podem ser consideradas as eleições livres ansiadas pelo nosso povo.

A situação antidemocrática ainda existente tem de ser corrigida, as liberdades devem ser realmente instauradas em todo o país, as formas de coacção física ou moral reprimidas. Se isso não for feito, as eleições futuras perderão grande parte do seu valor e significado. A não ser criada de futuro uma situação democrática radicalmente diferente, o processo eleitoral nos moldes tradicionais das democracias burguesas, não só não coincidiria com o processo revolucionário, como tenderia a contrariá-lo, a interrompê-lo e a anulá-lo.

Nas condições presentes, seria particularmente perigoso para a revolução a submissão do processo revolucionário ao processo eleitoral.

A Assembleia Constituinte tem uma missão importante, mas limitada a executar: a elaboração da nova Constituição, conforme com os princípios acordados entre o MFA e uma série de partidos. Qualquer eventual tentativa de utilizar a Assembleia Constituinte para além desta sua tarefa e de voltá-la contra a revolução deverá ser pronta e imediatamente combatida.

Seria igualmente perigosa a marcação de uma espécie de calendário eleitoral e de catadupas eleitorais. Somos por eleições para uma Assembleia Popular legislativa, a definir na Constituição. Mas somos contra a precipitação da realização de eleições antes de assegurar a alteração da situação antidemocrática em numerosas regiões.

O liberalismo, o eleitoralismo, o parlamentarismo no seu desenvolvimento conduziram, não à construção de um regime democrático e do socialismo, mas à liquidação da revolução e das forças revolucionárias.

Eleições podem ser um elemento de primeiro plano no processo revolucionário. Mas eleições não significam eleitoralismo. Eleitoralismo é inconciliável com eleições livres. O eleitoralismo é a perversão da informação, o abandono da isenção, a falsificação das notícias e propósitos, a demagogia na caça ao voto, a querela interpartidária no que tem de mais mesquinho, as alianças oportunistas sem princípios. O eleitoralismo conduz, ao fim e ao cabo, não à realização de eleições livres, mas à deturpação e falsificação dos anseios, objectivos e vontade das massas populares. Eleitoralismo e revolução são antagónicos.

Admitir que a vida política da nova democracia portuguesa viesse a ser comandada por eleições e as eleições pelo eleitoralismo seria desarmar política e militarmente a revolução portuguesa, que em breve daria lugar a uma ditadura reaccionária.

Isso porém não sucederá. E não sucederá porque as forças revolucionárias o não consentirão.

AS FORÇAS DA REVOLUÇÃO

Nunca é de mais insistir que a força motora da revolução portuguesa é a aliança Povo-Forças Armadas, ou, mais precisamente, do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas.

Desde o 25 de Abril temos insistido em que nem o povo poderia fazer frente com êxito à reacção e levar a cabo as transformações democráticas profundas sem o MFA, nem este poderia ser bem sucedido sem o movimento popular.

Permiti que diga mais algumas palavras sobre estas duas componentes da dinâmica da nossa revolução.

Começemos pelo MFA.

O MFA é um grande movimento revolucionário, democrático e progressista, a quem o povo português deve, não só o 25 de Abril libertador, como a acção decisiva na defesa das liberdades, na descolonização e nas transformações políticas, económicas e sociais em curso.

Destruir o MFA tem sido um dos objectivos centrais das forças reaccionárias e conservadoras desde o 25 de Abril. A reacção sabe bem que, se conseguisse destruir o MFA, teria mais de meio caminho andado para destruir a revolução portuguesa, para liquidar as liberdades, para instaurar uma nova ditadura.

Os processos, métodos e caminhos para conduzir a esse objectivo têm sido muito diversos. A reacção procurou dissolver puta e simplesmente o MFA. Procurou submetê-lo a uma hierarquia reaccionária. Procurou submetê-lo à tutela de Spínola proclamado chefe do MFA e o defensor daquilo a que chamou a «pureza» do seu programa, o que era no fim de contas uma forma de recusar os seus aspectos progressistas e de tentar destruir e abafar as forças revolucionárias.

Procurou introduzir a demagogia democratista no MFA, a fim de, através de concepções eleitoralistas, fazer pesar o número de elementos reaccionários, conservadores e vacilantes nas estruturas militares como forma de destruir a vanguarda revolucionária nas forças armadas. Procurou dificultar a institucionalização do MFA antes das eleições para a Assembleia Constituinte, a fim de poder exigir o regresso dos militares aos quartéis depois das eleições. Procurou e procura ainda introduzir no seu seio factores de intriga, de divisão e de conflito.

Ao mesmo tempo a reacção colocou, como um dos alvos fundamentais das suas tentativas de golpe (em Julho, no 28 de Setembro, no 11 de Março e noutras ocasiões) a liquidação violenta do glorioso movimento dos capitães. No caso de haver triunfado, qualquer daquelas tentativas teria custado a vida e a liberdade a muitos deles.

O povo está com o MFA, apoia o MFA, defende o MFA contra os seus inimigos porque o MFA tem estado com o povo e tem sido uma força da liberdade, da paz e do progresso.

Nas condições actuais, a intervenção do MFA na vida política não é um mal, mas um bem. Não é uma ameaça contra as liberdades, mas uma garantia da sua defesa.

O PCP defende a continuação dessa intervenção, confiando em que o MFA manterá e consolidará as suas características de movimento revolucionário, progressista, firmemente disposto a assegurar a instauração dum regime democrático e a encaminhar Portugal para o socialismo.

Igual importância tem a segunda componente da dinâmica revolucionária: o movimento popular e democrático.

Digo movimento popular e não apenas Povo, porque devemos distinguir entre o apoio do povo em geral ao MFA e a intervenção no processo revolucionário da força organizada da classe operária e das massas populares, força organizada em que o Partido Comunista, os sindicatos e outras organizações democráticas representam decisivo papel.

As forças populares organizadas representam para o Povo o que o MFA representa para as Forças Armadas. No ponto de vista social, trata-se da aliança do Povo com as Forças Armadas. No ponto de vista político trata-se da aliança com o MFA do movimento popular organizado.

O movimento popular tem a sua dinâmica própria, as suas forças próprias, a sua autonomia de decisões, a sua personalidade, a sua intervenção independente no processo revolucionário.

Desde o 25 de Abril, na luta contra a reacção, na defesa das liberdades, na firme intervenção contra as tentativas de golpes, nas iniciativas nos domínios económico, social e político, no impulso dado a medidas revolucionárias como a reforma agrária e a nacionalização da banca e de sectores básicos da economia — o movimento popular mostrou ser uma componente essencial do processo revolucionário, uma força complementar e convergente da acção revolucionária do complementar e convergente da acção revolucionária do MFA.

A dinâmica do movimento popular e a dinâmica do movimento militar completam-se, influenciam-se e ajudam-se reciprocamente, imprimem à revolução portuguesa vigor, decisão e confiança. Mantendo-se e reforçando-se a unidade das forças populares, a unidade do MFA e a aliança entre as duas componentes, a revolução portuguesa é irreversível e invencível.

Os partidos políticos democráticos e progressistas poderiam e deveriam representar um papel determinante no desenvolvimento do movimento popular e democrático e no reforço da sua aliança com o MFA.

Infelizmente, as posições de certos partidos, designadamente do Partido Socialista, impedem em larga medida que esse papel se concretize.

Nós gostaríamos que o Partido Socialista se decidisse a cooperar com o nosso Partido. Gostaríamos que saísse das mesas de encontros com o nosso Partido, não para logo ir à TV num ataque cerrado contra nós, mas para fazer um esforço junto connosco para atenuar as divergências, tal como à mesa se concluiu.

Gostaríamos que o PS unisse a sua voz e os seus esforços aos do PCP na luta contra a reacção e na realização da política definida pelo governo, em vez de fazer coro com a reacção e com tudo quanto há de politicamente desclassificado na campanha anticomunista.

Se o Partido Socialista se decidisse à cooperação real com o Partido Comunista, no quadro da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, todo o processo da revolução portuguesa estaria extremamente simplificado. Essa cooperação, definida para hoje e para amanhã, criaria condições para as profundas transformações da economia e da sociedade que a realidade portuguesa exige.

É por compreender o que representaria essa cooperação que, apesar de a Direcção do Partido Socialista parecer incorrigível no seu anticomunismo e nas suas posições e actividades contra o processo revolucionário, insistimos em continuar as conversações e em procurar uma base de entendimento.

Base de entendimento que não poderá naturalmente ser a destruição das forças revolucionárias, nem o projecto de uma democracia burguesa com o poder dos monopólios e uma hegemonia política social-democrata, contrariando o programa do MFA e os acordos subscritos pelo MFA e partidos políticos.

Apesar de sabermos que a Direcção do PS ataca os seus militantes contra o PCP, unilateralmente nós dizemos aos nossos militantes para em toda a parte fazerem reais esforços para a acção comum com socialistas, assim como com democratas de outras tendências.

A questão que se coloca é a de saber se o PS, assim como outros partidos, pensa ou não cooperar, em aliança com o MFA, nas transformações democráticas profundas da nova vida política, económica e social.

A política e a acção de partidos eleitoralistas põe em causa o papel dos próprios partidos. O engodo hegemónico eleitoralista pode conduzir esses partidos a verdadeiros desastres.

Nós pensamos que a condenação global dos partidos políticos pelos militares seria um erro grave que, a ser concretizada numa política, conduziria ao enfraquecimento dos laços entre as forças armadas e o povo. É necessário distinguir entre os partidos que participam activamente no processo revolucionário e aqueles que o contrariam. Entre as forças da revolução e as forças do conservantismo e da reacção.

Somos pois contrários a essa condenação global do papel dos partidos que aqui e acolá se começa a esboçar. Mas essas tendências ganharão rapidamente terreno, se a acção dos partidos não se inserir no processo revolucionário.

Se o PS e o PPD continuam a orientar-se pelo eleitoralismo, pelo anticomunismo, pelas resistências activas ou passivas ao processo revolucionário, pela mesquinha política de querelas interpartidárias, o sistema de coligação de partido e MFA poderá tornar-se inviável e outras soluções terão de ser encontradas para assegurar a vitória da revolução e a marcha para o socialismo.

No que respeita ao nosso Partido, continuamos a pensar

que a democracia e o socialismo não poderão ser construídos sem o PCP e muito menos contra o PCP.

Se quiserem e souberem, os partidos terão a desempenhar um grande papel. Se não quiserem ou não souberem, a revolução portuguesa não parará por isso e o movimento popular e democrático acabará por valorizar outras formas de intervenção organizada das massas populares no processo revolucionário.

A unidade da classe operária e das massas populares na luta pela democracia e o socialismo adquire cada vez mais decisiva importância.

Tanto no movimento popular como no Movimento das Forças Armadas, acções divisionistas e desagregadoras são um dos maiores crimes que podem ser cometidos.

Nós apelamos para que os trabalhadores isolem actividades divisionistas, procurem evitar no seu seio a criação de grupos irreductíveis e discutam entre si os seus problemas, fazendo o máximo de esforços para chegar a conclusões comuns para a acção comum.

Aos membros do Partido, apelamos para que vençam manifestações de sectarismo e para que procurem, em todos os sectores, sem quaisquer discriminações, a cooperação com outras tendências, mesmo que muito divergentes do Partido, desde que esses sectores se mostrem sinceramente dispostos a unirem os seus esforços aos esforços dos comunistas.

Todos os trabalhadores têm interesses idênticos, quaisquer que sejam as suas opiniões ou crenças. A unidade de interesses é possível fazer coincidir a unidade na organização e na acção, na empresa, nos sindicatos, nas tarefas grandiosas e exaltantes da construção dum novo Portugal democrático, a caminho do socialismo.

UMA GRANDE TAREFA DO MOMENTO

Não é tarefa fácil a construção deste novo Portugal democrático. Não é tarefa fácil abrir caminho para o socialismo.

É necessário que as massas populares tenham consciência de que vivemos um momento único da nossa história. É possível evitar a volta ao passado de opressão e de terror fascistas. É possível construir um regime democrático estável, onde seja definitivamente arredada a ameaça da contra-revolução. É possível pôr fim definitivamente ao poder económico dos monopólios e latifúndios, eliminar progressivamente a exploração capitalista e pôr os recursos nacionais e o produto do trabalho ao serviço do povo e do país. É possível desbravarmos desde já o caminho para uma sociedade socialista, uma sociedade libertada de parasitas, uma sociedade de igualdade e justiça social, uma sociedade donde seja abolida a exploração do homem pelo homem.

Entretanto, essa possibilidade não se poderá concretizar, não poderá tornar-se uma realidade, se se pensar que tudo depende de decretos e decisões do Conselho da Revolução e do Governo Provisório. Decretos e decisões são importantes. Mas um regime democrático que corresponda aos anseios e objectivos do nosso povo, a uma sociedade libertada da exploração, jamais serão oferecidos numa bandeja ao povo português.

O novo Portugal democrático e o socialismo só poderão ser construídos pela acção e o trabalho das massas populares, em ligação estreita com os órgãos do poder político, pelo esforço tenaz, corajoso, abnegado dos trabalhadores e das massas populares.

No momento presente, entre as diversas tarefas que se colocam ante o povo português, uma adquire particular significado: a batalha da produção.

A situação económica e financeira do país é má. Há um grande défice nas contas do Estado. Outro no nosso comércio externo. Portugal consome algumas dezenas de milhões de contos a mais do que produz. Há muitas empresas que reduzem a laboração. Muitas estão à beira da falência. É elevado o número de desempregados, particularmente na construção civil.

A reacção procura responsabilizar o MFA, o Governo, as forças progressistas por esta situação.

Os verdadeiros responsáveis são porém outros. São o regime fascista e os grupos monopolistas que nos deixaram uma economia sem bases sólidas, obtendo o equilíbrio à custa de recursos externos, e tendo como estímulo uma especulação desenfreada que criava uma falsa ideia de prosperidade.

Os responsáveis são os grupos monopolistas e os grandes agrários que, desde o 25 de Abril, têm sabotado a economia portuguesa, retirando ilegalmente os fundos das empresas, dando destino ilegal e fora das empresas a créditos alcançados para investir nas empresas, diminuindo encomendas, cessando pagamentos, provocando despedimentos sem justa causa, abandonando muitas vezes completamente as empresas à sua sorte.

Desapareceu o capitalismo monopolista de Estado, ou seja a fusão do Estado com os grupos monopolistas. Os grupos monopolistas estão em plena decomposição. A antiga direcção económica está desorganizada e em grande parte paralizada.

A tarefa é substituir a velha máquina económica ao serviço do capital por uma nova máquina ao serviço do povo. É uma tarefa gigantesca que só pode ser realizada pela luta e o trabalho do povo português.

As nacionalizações já decididas e a reforma agrária, retiraram à exploração capitalista amplos sectores da economia nacional.

O estímulo do lucro privado desaparece desse vasto sector. É necessário um novo estímulo e esse não pode ser outro se não o estímulo revolucionário das massas trabalhadoras, a sua determinação em trabalharem na construção da nova sociedade democrática, a caminho do socialismo.

É nosso dever dizer duas grandes verdades aos trabalhadores. Uma relativa às reivindicações irrealistas. Outra relativa às greves.

Há verdades que é necessário que alguém as diga. Não querem dizê-las aqueles que, à caça de votos em eleições gerais, nos sindicatos ou nas autarquias, animados pelo eleitoralismo e por estritos cálculos de popularidade, sopram demagogicamente reivindicações irrealistas e procuram lançar os trabalhadores em greve contra a actual situação democrática.

O PCP, com todo o seu sentido de responsabilidade que lhe dão muitos anos de luta e a sua inteira disposição de fazer todos os esforços, todos os sacrifícios, incluindo a vida dos seus militantes, para assegurar a vitória da democracia e do socialismo em Portugal, o PCP, com todo o sentido da responsabilidade, entende que é seu dever dizer as verdades ao povo, mesmo que sejam verdades amargas e lhe custem uns tantos votos.

A primeira diz respeito às reivindicações irrealistas, que não têm em conta a situação da economia portuguesa e a situação em numerosas empresas.

Se continuarmos a aumentar acentuadamente os salários e vencimentos ainda que nós saibamos que esses aumentos são justamente esperados pelos trabalhadores, se continuarmos a diminuir o tempo de trabalho, ainda que nós saibamos que em muitos sectores o tempo de trabalho é demasiado, se continuarmos a produzir cada vez menos e é esta a situação em numerosos sectores, poderemos caminhar para a catástrofe económica e da catástrofe económica para a catástrofe política. Muitas empresas fechariam as portas se continuássemos neste curso de reivindicações e de diminuição de tempo de trabalho. E a melhoria momentânea de salários e outras regalias seria paga pela crise do desemprego. A degradação económica seguir-se-ia a degradação da situação política facilmente aproveitável pela reacção.

A segunda diz respeito à greve. Nós defendemos o direito à greve. Mas, na actual situação política e económica, só em casos extremos os trabalhadores devem recorrer à greve, porque toda a baixa da produção acabará por ser paga pelos próprios trabalhadores.

Eu quero referir, camaradas, um exemplo concreto: a greve dos hotéis. Nós consideramos justas as reivindicações dos trabalhadores da hotelaria. Mas num momento em que a hotelaria está em crise, em que o turismo está em crise, em que o próprio funcionamento dos hotéis depende em grande parte dos turistas, a paralização dos hotéis leva a afastar os turistas, leva a diminuir o número dos turistas que vêm ao nosso País e vai provocar o agravamento da crise dos hotéis, o aumento do desemprego e das dificuldades. Quer dizer, a greve neste momento não foi uma boa arma utilizada. Havia que insistir nas reivindicações, mas não utilizar uma arma que em muitos casos é uma arma valiosa e indispensável aos trabalhadores, mas noutros casos, pode voltar-se contra os próprios trabalhadores. Há que dizer esta verdade.

Queremos construir uma sociedade democrática? Queremos cortar o passo à reacção que procura estrangular economicamente a nossa revolução? Queremos arrastar definitivamente ao poder do capital amplos sectores da economia nacional e criar as primeiras bases duma economia socialista? Queremos realizar a reforma agrária, pondo fim aos latifúndios e às grandes explorações capitalistas, entregando a terra a quem a trabalha e pondo de imediato grande parte da agricultura ao serviço do povo e do país?

Não vemos outro caminho que não seja o abandono de certas reivindicações fomentadas pelos inimigos da revolução, e não vemos outro caminho que não seja um trabalho esforçado e árduo para arrancar a economia nacional à estagnação e à depressão e travar com êxito a batalha da produção.

Nós saudamos ardentemente os trabalhadores que corajosamente têm lutado para salvar as empresas sabotadas, abandonadas, condenadas pelo patronato reaccionário.

Saudamos ardentemente os trabalhadores que em algumas empresas em crise já libertadas do controle monopolista se resolveram a aceitar reduções salariais e a trabalhar maior número de horas a fim de tornar viáveis as empresas e abrir caminho para a sua reconversão, expansão e rentabilidade, que interessam hoje os trabalhadores e o Portugal democrático a caminho do socialismo.

Saudamos ardentemente os trabalhadores de empresas nacionalizadas que, tomando consciência das grandes transformações que se estão a dar na estrutura da nossa sociedade, já hoje discutem como assegurar a sua mais eficiente gestão, a diminuição dos seus défices, o melhoramento da produção e dos serviços.

Esses trabalhadores estão a trabalhar para o presente e para o futuro do nosso país. São esses trabalhadores e não os exaltados pseudo-revolucionários, os primeiros pioneiros da economia socialista que acabará por triunfar em Portugal.

São os seus exemplos que frutificarão, que ganharão as massas, que conduzirão finalmente o povo trabalhador à luta entusiástica e exaltante para construir em Portugal uma sociedade libertada da exploração capitalista.

As revoluções jamais foram feitas pelas forças da inércia e do conservantismo, ou pela busca do sucesso imediato. As revoluções são o resultado da luta, da coragem, da audácia, do trabalho criador das massas populares, sob a direcção da sua vanguarda revolucionária.

Se os trabalhadores se mantiverem unidos nas empresas e nos sindicatos, se ligarem a sua luta à luta de todas as classes e camadas interessadas na luta antimonopolista, se reforçarem dia a dia a sua aliança com o Movimento das Forças Armadas — a reacção interna não será capaz de fazer retroceder o processo revolucionário.

É ao povo português que cabe decidir do próprio destino. Existem as condições fundamentais para que o decida.

Viva Portugal democrático, a caminho do socialismo!

Viva a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas!

Viva o Partido Comunista Português!